

## **DUARTE, Manuel**

\*dep. fed. RJ 1924-1926; sen. RJ 1927; pres. RJ 1927-1930.

*Manuel de Matos Duarte Silva* nasceu em Rio Bonito (RJ) no dia 1º de novembro de 1877, filho de Cândido Alves Duarte Silva e de Henriqueta Augusta de Matos e Silva.

Desde muito jovem dedicou-se ao jornalismo e trabalhou em muitos jornais do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ingressou na política em 1911, quando da reorganização do Legislativo fluminense, após a eleição de Francisco Chaves de Oliveira Botelho como sucessor do presidente estadual Alfredo Backer (1906-1910). Esse pleito foi marcado pelo rompimento político entre Backer e o então presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910). O Executivo estadual defendeu a candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana, enquanto Nilo Peçanha apoiou a de Oliveira Botelho. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) em duas, uma backerista e outra nilista, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato em 10 de julho de 1910. Depois de um complicado processo político, com a interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) e o envio de tropas do governo federal, Oliveira Botelho foi reconhecido presidente do estado (1910-1914), tendo a aprovação do novo presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914). Em 3 de agosto de 1911, o Legislativo fluminense foi reorganizado, quando o Congresso Nacional reconheceu a Assembleia Legislativa nilista, pondo fim à divisão surgida durante as eleições.

Com essa reconfiguração, foram escolhidos novos deputados estaduais e Manuel Queiroz foi eleito na legenda do Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF). Foi reeleito em 1913, pelo 1º distrito eleitoral, com 6.577 votos, e durante seus anos na ALERJ defendeu o governo de Oliveira Botelho. Na sucessão estadual de 1914, apoiou Feliciano Sodré, candidato do PRCF, que concorreu contra Nilo Peçanha, que havia rompido com o governo estadual e lançado sua própria candidatura.

Durante a campanha eleitoral, Oliveira Botelho convocou a ALERJ para uma sessão extraordinária, na qual pretendia derrubar a mesa diretora da casa, composta por políticos

nilistas. Diante da ameaça, a oposição solicitou um *habeas-corpus* preventivo junto ao STF que, ao ser concedido em 6 de junho de 1914, provocou a divisão da Assembleia em dois grupos: um nilista, apoiado pelo STF, e outro botelhistas, sustentado pelos governos estadual e federal, e do qual fazia parte Manuel Duarte. Enquanto o primeiro buscava continuar a atividade legislativa, o segundo recusava-se a participar. No dia 21 do mesmo mês, quando os nilistas conseguiram um quórum de 23 deputados para formar a sessão, os botelhistas reuniram-se em local diferente, formando-se duas assembleias legislativas, a exemplo das eleições estaduais de 1910.

Depois do pleito de 12 de julho de 1914, os dois candidatos se declararam vencedores e foram reconhecidos pelas respectivas assembleias. Em outubro, ainda como presidente da República, Hermes da Fonseca enviou mensagem à Câmara dos Deputados criticando a decisão do STF na disputa eleitoral fluminense. Tal fato foi encarado como uma tentativa do presidente, apoiado por Pinheiro Machado, senador gaúcho (1890-1915) e um dos principais nomes da política nacional, de intervir no estado do Rio de Janeiro, mas como Hermes da Fonseca estava nos últimos dias do seu governo, a Câmara não aprovou a intervenção. Em 16 de dezembro o STF homologou outro *habeas-corpus* garantindo a eleição de Nilo Peçanha para o seu segundo mandato como presidente do Rio de Janeiro (1914-1917). Entretanto, a contenda só foi resolvida quando o recém-empossado presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) assegurou a posse de Nilo Peçanha e colocou tropas à disposição do juiz federal do estado.

Com o início do novo governo de Nilo Peçanha, e a reabertura dos trabalhos legislativos da ALERJ, em julho de 1915, Manuel Duarte passou à oposição ao governo, juntamente com o grupo botelhistas. Em dezembro, candidatou-se a mais uma reeleição, mas não foi vitorioso, pois os nilistas elegeram todos os seus candidatos, derrotando a oposição. Depois dessa derrota, continuou sua carreira jornalística e permaneceu fiel ao grupo político liderado por Oliveira Botelho, atuando na oposição aos governos nilistas de Francisco Guimarães (1917), Agnelo Gerard Collet (1917-1918) e Raul Veiga (1918-1922).

Em 1919, a oposição ao nilismo fortaleceu-se após a vitória de Epiácio Pessoa (1919-1922) no pleito presidencial. Como Nilo Peçanha apoiou o candidato derrotado Rui Barbosa, a oposição estadual ganhou mais espaço político e teve mais força e recursos eleitorais, liderada, principalmente, por Feliciano Sodré e Oliveira Botelho. Nas eleições legislativas de 18 de dezembro de 1921, Manuel Duarte candidatou-se a uma vaga na ALERJ na chapa dos oposicionistas, concentrada na legenda do PRF, já que desde 1920, Nilo Peçanha e seus aliados tinham passado a utilizar a sigla do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Realizada a apuração, foram declarados vitoriosos apenas os candidatos nilistas. Os oposicionistas não reconheceram a derrota, alegando fraude das juntas apuradoras, controladas pelo governo. Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha para a presidência da República, pela chapa da Reação Republicana, e a vitória de Artur Bernardes (1922-1926). Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada. Com essa nova conjuntura Feliciano Sodré concorreu novamente à presidência do estado, apoiado por Oliveira Botelho, contra o candidato nilista Raul Fernandes, nas eleições realizadas em 9 de julho de 1922.

O pleito realizado em 9 de julho foi marcado pelo estado de sítio decretado no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal devido à revolta irrompida em 5 de julho na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. O movimento, que envolveu também a guarnição de Mato Grosso e iniciou o ciclo das revoltas tenentistas da década de 1920, foi deflagrado em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epiácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

Realizada a apuração, ambas as chapas concorrentes ao pleito, alegando fraude na contagem de votos do oponente, proclamaram eleitos os seus candidatos. A oposição nilista, derrotada no pleito de dezembro anterior, pretendia comparecer à seção de reconhecimento e rebelar-se contra a diplomação dos novos parlamentares. Tentando evitar essa manifestação, no dia 17 as forças situacionistas colocaram tropas da polícia no prédio

da ALERJ para impedir o ingresso de seus opositores, entre eles Manuel Duarte. Diante dessa proibição, os oposicionistas ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Niterói e formaram outra Assembleia, declarando-se o verdadeiro Poder Legislativo estadual. Como o reconhecimento do presidente do estado era da competência da Assembleia, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos. Como temiam que o novo presidente Artur Bernardes decretasse a intervenção federal no estado do Rio, os nilistas apresentaram ao STF um pedido de *habeas-corpus* que assegurasse a posse de seu candidato. Atendido o pedido, Raul Fernandes foi investido na presidência do estado, recebendo o cargo de Raul Veiga, no dia 31 de dezembro de 1922. Entretanto, Feliciano Sodré também foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Logo depois, com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos nilistas. Enquanto isso acontecia, a Polícia Militar se recolheu aos quartéis, declarando só acatar ordens do governo central. Alegando a duplicidade de poderes no Rio de Janeiro, Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado, entregando o Executivo fluminense a Aureliano Leal em 10 de janeiro de 1923. O interventor anulou as eleições legislativas de dezembro de 1921 e a executiva de julho de 1922, marcando outras para o dia 28 de outubro de 1923.

Nesse pleito, Manuel Duarte foi eleito deputado estadual pelo 5º distrito eleitoral, assim como toda a chapa do PRF, com 5.111 votos. Também nessa data Feliciano Sodré foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro (1923-1927). Manuel Duarte renunciou ao seu mandato na ALERJ em 17 de fevereiro de 1924, pois foi eleito deputado federal. Na Câmara dos Deputados foi líder da bancada fluminense e um dos principais nomes do PRF na esfera federal. No início de 1926, lançou seu nome para a sucessão presidencial estadual, com o apoio de seu partido e de Feliciano Sodré. Além da situação, parte da oposição nilista, cada vez mais fraca desde a morte de Nilo Peçanha em 31 de maio de 1924, apoiou sua candidatura. Esse grupo foi chamado nesse momento de “nilistas acordistas” e se autodesignou “membros dissidentes do PRRJ”. Em fevereiro de 1927, buscando fortalecer ainda mais seu nome na política fluminense, Manuel Duarte foi eleito senador. Assumiu

sua cadeira em maio e nos poucos meses em que esteve no Senado Federal foi membro da Comissão de Finanças e relator do orçamento dos ministérios da Marinha e da Fazenda. Nas eleições para o governo do estado, realizadas em abril, teve a ampla maioria dos votos e em 23 de dezembro de 1927 assumiu a presidência estadual, renunciando ao mandato de senador. Para sua vaga no Senado, foi eleito o antigo presidente estadual Feliciano Sodré (1928-1930).

Durante seu governo, na esfera estadual, buscou fortalecer a aliança com os “nilistas acordistas”. Para tanto, participou pessoalmente das homenagens realizadas por ocasião do quarto ano de morte de Nilo Peçanha e vetou o aumento de 50% nas passagens das barcas Rio-Niterói. As manifestações populares com esse veto foram noticiadas na imprensa como demonstrações de apoio ao seu governo. No setor econômico, assim como seu antecessor, apoiou a política nacional de valorização do café, mas, com crise econômica de 1929, passou a demonstrar a necessidade de diversificação agrícola do estado. No campo político federal, reiterou o apoio do PRF ao presidente Washington Luís (1926-1930), o que garantiu à bancada federal fluminense 13 representantes nas 12 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Nas eleições federais de março de 1930 foi contrário à Aliança Liberal, apoiou a chapa oficial formada por Júlio Prestes e Vital Soares e trabalhou na eleição de todos os candidatos do PRF ao Congresso Nacional. Com o início do movimento revolucionário de 3 de outubro, manteve-se fiel a Washington Luís e, com a deposição deste, foi destituído do poder estadual pelo tenente-coronel Demétrio Barbosa.

Em 1934 voltou a atuar no PRF, quando surgiram disputas pela direção do partido relacionadas à eleição da comissão executiva e à formulação de um novo programa partidário. Nesse embate, pertencia a uma facção, também composta por Acúrcio Torres, Galdino do Vale Filho e Miguel de Carvalho, que defendia a total reformulação do partido e a elaboração de um novo programa adequado às condições do país. Foi derrotado pelo grupo liderado por Oliveira Botelho e depois dessa derrota interna desligou-se do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro.

Nas eleições de outubro de 1934 para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia

Constituinte estadual, sua agremiação elegeu um deputado federal, Acúrcio Torres, e dois deputados estaduais. Na campanha pela sucessão presidencial em 1937, o Partido Evolucionista sustentou a candidatura de José Américo de Almeida, mas foi extinto junto com os demais partidos do país com a instituição do Estado Novo.

No campo jornalístico, foi redator do *Correio da Manhã* e *Jornal do Comércio* e redator-chefe de *A Imprensa*. Também colaborou com *O País*, *Século* e *A Notícia*, dirigiu os periódicos *A Tribuna*, *A Ilustração Brasileira*, *O Malho* e *Leitura para todos*, e foi um dos fundadores da *Folha da Noite*.

Faleceu no dia 14 de maio de 1944.

Foi casado em primeiras núpcias com Jesuína Gertrudes de Andrade e posteriormente com Berenice César Vale.

Publicou *Carlos Peixoto e o seu presidencialismo*, *Os alemães em Santa Catarina*, *Pinheiro Machado*, e *Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e Benjamin Constant*.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. *Anais* (1911-1914, 1923-1924); ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em: <[http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/manuel\\_duarte.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/manuel_duarte.html)>.

Acesso em: 28/3/2011; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <[http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_r\\_02.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html)>. Acesso em: 28/3/2011; FERREIRA, M. *Busca*; LACOMBE, L. *Chefes*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.